



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS**

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e seis membros, verificando-se a ausência do Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa e da Deputada **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, que justificou a respetiva falta por motivos pessoais. -----

Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Adorigo, de Tabuaço e da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira fizeram-se representar, respetivamente, por **Silvana Silva Gomes** (Tesoureira), **Paulo Jorge Lopes Soares** (Secretário) e **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário de alguns pedidos de suspensão temporária de mandato, nomeadamente pelo Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho**, tendo sido convocado o cidadão subsequente na lista, **Micael Lamego dos Santos**, e pela Deputada **Berta Ferreira Moutinho Amaral**, tendo sido convocado a cidadã subsequente na lista, **Sónia Cristina Rodrigues Resende**. -----

Após ter sido prestado o juramento legal pela eleita, o Presidente da Assembleia Municipal declarou-a investida nas suas funções e para constar foi lavrado e assinado o ato de assunção de funções, o qual ficará anexo à ata de instalação da Assembleia Municipal. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **José Carlos Oliveira da Silva**, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Carlos Martins dos Santos Portugal**. -----

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 192



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço, desejando votos para que o ano de dois mil e vinte e três fosse proveitoso e pleno de realizações pessoais e profissionais. -----

Antes de passarem à leitura da convocatória, o Presidente da Assembleia Municipal deu nota que tinham munícipes e concidadãos integrados no projeto “Se tu fosses eu?” da Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento (Associação A2000) que no “Período de Intervenção e Esclarecimento do Público” iriam fazer a apresentação desse projeto. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

### ===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

**PONTO UM:** Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO DOIS:** Designação de um representante para integrar a Comissão Consultiva para a revisão do Plano Diretor Municipal de Tabuaço [cfr. alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, por remissão do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual]; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação, discussão e votação da **proposta da Carta Social Municipal** [cfr. n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 66/2016, de 17 de março, na sua redação atual]; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração/aditamento ao Contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço** [cfr. alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO CINCO:** Apreciação, discussão e votação da **proposta da 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022** [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO SEIS:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano financeiro de 2023** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO SETE:** Apreciação, discussão e votação da **proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; ---

**PONTO OITO:** Apreciação, discussão e votação da **proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023** [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO NOVE: Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e sete de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido, não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. De referir que os Deputados **Artur Pina Martins, Sónia Cristina Rodrigues Resende e Rosa Maria Alves de Sousa, a Tesoureira da Junta de Freguesia de Adorigo e o Presidente da Junta de Freguesia da Granja do Tedo**, se abstiveram de votar pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa, de referir que no momento da votação, o **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** não se encontrava presente. -----

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 194



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que quando entrassem no terceiro tempo, no período da “Ordem do Dia” colocaria à apreciação do Plenário a retirada do ponto cinco respeitante à apreciação, discussão e votação da proposta da terceira alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e dois, na medida em que este assunto foi colocado na convocatória por estar prevista uma alteração ao mapa de pessoal que acabou por não haver necessidade de ser efetuada em reunião de Câmara Municipal. -----

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo lembrado que já não tinham as condicionantes, previstas na lei decorrente da pandemia COVID-19, que limitavam a presença de público nas reuniões, pelo que a Assembleia estava aberta à participação direta e presencial do público e nesta sessão contavam com a presença de munícipes pertencentes à Associação A2000, endereçou cumprimentos quer às técnicas responsáveis quer também aos utentes do projeto “Se tu fosses eu?”, dinamizado pela Associação A2000 que estava a fazer um trabalho meritório no concelho. -----

Por fim, solicitou à utente da Associação A2000, Patrícia Neves, para que em representação do projeto “Se tu fosses eu?” fizesse a apresentação do mesmo, cujo teor se transcreve: -----

*“O projeto “Se tu fosses eu?” pretende destacar a igualdade de direitos convidando as pessoas a colocarem-se na pele de uma pessoa com deficiência. Este desafio tem o objetivo de colocar as pessoas a pensarem que a deficiência não é um problema de outros, é algo que pode acontecer a qualquer um e quando acontece gostamos que respeitem os nossos direitos. -----*

*Um dia por semana, às quartas-feiras, em Tabuaço juntamo-nos para discutirmos alguns direitos da convenção das pessoas com deficiência. Falamos sobre direitos à equidade, à acessibilidade, à saúde, à educação, à expressão, à cultura, à dignidade e ao trabalho. Expomos sempre um cartaz de acordo com os referidos direitos. Realizamos atividades que envolvem a comunidade em situações reais, de forma a sentirem como é terem limitações e simultaneamente lidar com os preconceitos e a insensibilidade das pessoas envolvidas. Durante estes meses desafiamos as pessoas a vestir a pele das várias deficiências: auditiva, visual, motora, intelectual e multideficiência. Com este projeto pretendemos, assim sensibilizar e dar visibilidade a todos os que têm algum tipo de deficiência. -----*

*Muito obrigada por nos ouvirem e pela oportunidade em falarmos sobre o nosso trabalho. Aproveitamos ainda, para vos convidar a assistir à festa de fim de projeto, esta quinta-feira, às catorze horas, no Auditório do Centro de Promoção Social. Obrigada.” -----*

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 195



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Patrícia Neves em seu nome pessoal e em nome da Assembleia Municipal, enalteceu o projeto, a relevância que tinha no impacto da vida das pessoas para quem era dirigido e, mais do que tudo, o impacto que deveria ter em cada um dos que, felizmente, foram bafejados com outra sorte. -----

De seguida, e por se tratar de um projeto relevante, o Presidente da Assembleia Municipal questionou os Deputados sobre a pretensão de intervir, tendo-o feito o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que após cumprimentar os presentes na sessão, referiu estar muito feliz pela apresentação do projeto. Não conhecia a associação, tal como eles, também ele tinha uma deficiência e tinha sido, de certa maneira, obrigado a habituar-se o que tinha feito com que se tornasse uma pessoa diferente, mais sensível do que aquilo que era e mais atento a esses problemas, como os colegas sabiam, tinha defendido várias vezes situações que tinham a ver, exatamente, com a questão da igualdade. Igualdade significava necessariamente diferença. A igualdade que era constitucionalmente consagrada e que, infelizmente, poucas vezes era aplicada e que a equidade tinha exatamente a ver com isso, com a justiça do caso concreto, a justiça daquilo que a pessoa em causa com as necessidades diferentes que tinha precisava. Pediu para nunca se sentissem mal por terem uma deficiência, ser deficiente também era ter sorte. Citou ainda alguns exemplos que lhe serviam como referência, principalmente um que foi o seu motor motivador, o Stephen Hawking, que tinha uma deficiência detetada aos vinte e um anos, sobreviveu quase até aos oitenta anos, apesar de lhe terem dado uma esperança de vida de apenas dois anos, portanto, ser deficiente não era uma catástrofe, uma catástrofe era viverem num país onde ser deficiente era ter um preconceito por parte dos outros que os olhavam. Terminou referindo para continuarem com o bom trabalho, que estaria sempre disponível para os ajudar e desejando que o próximo ano fosse bem reforçado nos seus intuítos e objetivos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que após cumprimentar todos os presentes na sessão, e na sequência das palavras do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, salientou que, tal como referia consecutivamente nos diversos fóruns onde participava, este era um dos projetos do qual mais se orgulhava desde que estava na Câmara Municipal. Em dois mil e catorze quando António José Ribeiro, que infelizmente já não estava presente, apresentou este projeto, com sede no antigo colégio salesiano de Poiães, responderam logo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afirmativamente e era um dos projetos que mais os orgulhava e que mais os satisfazia, porque permitia realmente criar equidade e garantir a igualdade ou as mesmas condições a quem era diferente, terminou elogiando a Associação A2000 por tudo o que tinha vindo a fazer ao longo destes últimos anos e que tinha contribuído positivamente para que fossem uma sociedade mais inclusiva e consequentemente melhor. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião de vinte e sete de setembro e esta, nomeadamente algumas publicações e alguns pareceres jurídicos da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), bem como muitos votos de boas festas por parte de associações e entidades locais. -----

Mencionou ainda que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de setembro e esta, e que se encontravam disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

Por fim, deu nota da comunicação do Secretário da Assembleia, **Álvaro Correia Soares Martinho**, que representava a Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Douro Sul (ACES Douro Sul), acerca dos desenvolvimentos que houve nas últimas reuniões desse organismo e a quem deu a palavra para referir o que achasse por bem relativamente ao assunto.

Usou da palavra o Secretário da Assembleia, **Álvaro Correia Soares Martinho**, que após cumprimentar os presentes na sessão, transmitiu que no pretérito dia vinte e oito do mês transato esteve presente na reunião do ACES Douro Sul, que se realizou no Hospital de Lamego e queria falar sobre os temas abordados nessa reunião, referiu que fizera uma apresentação onde foram mencionados quatro assuntos: a contextualização do ACES Douro Sul, os resultados do questionário da avaliação de satisfação dos utentes, a formação da comissão de utentes das unidades funcionais do ACES Douro Sul e os Balcões SNS 24, referiu ainda, ter pedido à mesa do Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul para que lhe fosse enviada essa mesma apresentação para a poder divulgar junto dos Membros da Assembleia Municipal, a fim de verificarem o que estava a ser feito a nível de saúde



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na região. Contudo, até à data ainda não tinha sido enviada, pelo que iria solicitar novamente o seu envio. Terminou pedindo ao Presidente da Câmara Municipal, que também era Presidente do Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, que explicasse mais pormenorizadamente a criação dos Balcões SNS 24, recentemente inaugurados nas freguesias do concelho de Moimenta da Beira. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que informou que nessa primeira reunião do Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul foi feita a contextualização do ACES Douro Sul, pelo facto de grande parte das pessoas não ter transitado do mandato anterior para o atual e para perceberem as unidades orgânicas que compunham este agrupamento de centros de saúde. Relativamente à apresentação solicitada à mesa do Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, achava interessante que fosse trazida a uma reunião da Assembleia Municipal, porque tinha alguns números indicadores, nomeadamente das principais patologias, das principais carências e das principais reivindicações dos utentes de cada uma dessas realidades e era importante que os Deputados tivessem uma maior consciencialização para também perceberem se realmente acabava por corresponder à perspetiva que cada um tinha sobre a realidade da saúde na região Douro Sul. Referiu que nessa reunião foi solicitado um apoio, principalmente aos Municípios de Tabuaço, Penedono e São João da Pesqueira, por serem os locais onde os números de rastreio de cancro do colón eram mais baixos, no sentido de haver ajuda quer na divulgação quer depois na articulação na questão logística, caso se justificasse a necessidade de transporte por parte das pessoas que iriam ser convocadas para esses mesmos rastreios. No que respeita à criação da comissão de utentes das unidades funcionais do ACES Douro Sul, queria-lhe parecer que devido à falta de literacia que, infelizmente, decorria da falta de promoção, divulgação e de formação por parte da área da saúde a esses mesmos utentes, queria-lhe parecer que essas comissões de utentes na maior parte das vezes iria funcionar mais numa lógica de contestação do que numa lógica de construção e de identificação das principais carências existentes. Relativamente à questão dos Balcões SNS 24, na sua opinião a descentralização era sempre benéfica, mas tinha que ser bem explicada porque, independentemente dessa descentralização poder trazer, em primeira instância, um serviço melhor, também poderia ser encarada e entendida como um primeiro passo para a redução de horários nos centros de saúde e para uma maior desqualificação dos serviços. Neste momento, havia esse projeto-piloto em Moimenta da Beira e iriam tentar perceber como as coisas iriam funcionar e perceber as carências que daí



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderiam surgir e quais os principais benefícios. Deixou o desafio ao Secretário da Assembleia, **Álvaro Correia Soares Martinho**, para que numa próxima reunião da Assembleia Municipal, para além da tal apresentação que resultou da primeira reunião do Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, também pudessem trazer os primeiros resultados do projeto-piloto que estava a acontecer em Moimenta da Beira. -----

Informou que por não haver previsão temporal para a aceitação da transferência de competências na área da saúde, continuavam a solicitar o acerto dos valores que tinham sido propostos e que datavam do ano de dois mil e dezoito, e que, fruto do aumento dos preços e da inflação, estavam claramente aquém daquilo que era a realidade atual. -----

O Presidente da Câmara Municipal concluiu mencionando que nessa reunião do ACES Douro Sul não abordaram um assunto que tinha ido a reunião de Câmara Municipal, nessa manhã, respeitante à criação de um Conselho Local de Saúde Mental na organização do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, para o qual tinha sido solicitado ao Município a nomeação de um representante, essa eleição tinha sido realizada nessa manhã e, atendendo ao facto de já estar ligado ao ACES Douro Sul, enquanto Presidente do Conselho da Comunidade, acabou por também ser nomeado para representante do Município no Conselho Local de Saúde Mental. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito em primeiro lugar o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que começou por pedir ao Presidente da Câmara Municipal para que explicasse qual a função desses Balcões SNS. Depois, referindo-se aos assuntos que queria trazer, disse que, achava inacreditáveis as peripécias a que iam assistindo deste Governo que estava no poder há nove meses, nomeadamente um aeroporto que ia ser construído e que depois não foi; um Primeiro-Ministro que tratava mal a oposição numa entrevista e depois vinha dizer que estava com sono; uma Secretária de Estado do Tesouro que fez parte da administração da TAP Air Portugal (TAP) e recebeu uma indemnização de quinhentos mil euros para sair da TAP para depois ir para presidência da Navegação Aérea de Portugal (NAV). Concluiu dizendo que a Roménia ultrapassava Portugal no produto interno bruto (PIB) *per capita* e não conseguia entender como o Primeiro-Ministro dizia às pessoas que estavam bem, quando se assistia a um empobrecimento da sociedade. Em vez de criarem um país em que as pessoas vivessem de facto

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 199





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor, em que baixassem os impostos ou subissem os salários, em que fizessem aumentar a produtividade para que os empresários não se queixassem e conseguissem pagar mais do que o salário mínimo que, tal como acontecia no resto da Europa, deveria apenas ser uma referência. -----

Seguiu-se a intervenção do **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** que, após cumprimentar os presentes na sessão, levantou quatro situações: a primeira relacionada com uma reunião que houve com as Juntas de Freguesia sobre um despacho normativo acerca a comparticipação financeira a atribuir à realização de obras nos edifícios sede das freguesias, solicitando que, de forma a acelerar o processo de legitimidade de cada uma, fosse feita uma comunicação ou um pedido ao Serviço de Finanças para ser mais célere nas avaliações dos respetivos modelos de imposto municipal sobre imóveis (IMI), uma vez que, como as Juntas de Freguesia não pagavam essa taxa, serem ultrapassados esses prazos para a atribuição do respetivo artigo urbano definitivo; a segunda estava relacionada com o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, pelo que questionou como estava a decorrer a atribuição das várias situações e se a Câmara Municipal tinha definido como poderia ajudar as pessoas que não tinham possibilidades, de momento, para pagarem os respetivos projetos de licenciamento; a terceira dizia respeito às Piscinas Municipais Cobertas, tendo questionado o Presidente da Câmara Municipal sobre o porquê de as mesmas ainda não terem reaberto e se iriam reabrir; por último queria saber para quando estava prevista a requalificação do respetivo entroncamento da avenida Joaquim Gomes Motta com a Estrada Nacional e ainda a ligação entre os dois ramais. -----

Seguidamente usou da palavra o Deputado **Cristofe Pedrinho** que, após cumprimentar os presentes na sessão, levantou três questões para o Presidente da Câmara Municipal: a primeira já tinha sido abordada, estava relacionada com o programa 1.º Direito e qual o ponto de situação desse programa em Tabuaço; a segunda era relativa à transferência de competências na área da ação social, sabia que havia um processo que tinha sido movido há mais de dois meses e que houve um novo acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que foi aprovado pelo Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses com apenas um voto contra para a descentralização na ação social, pelo que gostaria de saber qual o ponto de situação ou o que estava previsto para Tabuaço; o terceiro ponto estava relacionado com as candidaturas que as Juntas de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia poderiam fazer a partir do próximo ano a fundos comunitários da União Europeia, que estavam previstas na Estratégia Portugal 2030. Como todos sabiam, as Juntas de Freguesia nunca se puderam candidatar a esses fundos e o que pretendia saber era se a Câmara Municipal estava a preparar algum tipo de apoio para as Juntas de Freguesia a nível de projetos e de financiamento, até porque estavam a falar de verbas que rondavam os oitenta e cinco por cento de apoio e sabiam que grande parte das Juntas de Freguesia não tinha a capacidade financeira para puderem avançar com projetos de execução ou com projetos de especialidades. -----

Tomando a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, este propôs dois votos de pesar, pelo falecimento das senhoras Maria Eugénia Moita e Ilda de Jesus Ramos Silva, cujo teor se transcreve: ---

*“O senhor Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo, Presidente da Assembleia Municipal, apresenta um voto de pesar, pelo falecimento da senhora Maria Eugénia Moita, falecida a dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----*

*A falecida era mãe do senhor João Paulo Moita dos Santos, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico e Social, Modernização e Suporte.” -----*

*“O senhor Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo, Presidente da Assembleia Municipal, apresenta um voto de pesar, pelo falecimento da senhora Ilda de Jesus Ramos Silva, falecida a vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----*

*A falecida era irmã do senhor Padre Ildo Aníbal de Jesus Silva, Pároco das paróquias de Chavães e de Arcos, do concelho de Tabuaço.” -----*

O Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que essas propostas de votos de pesar seriam votadas, separadamente, no final do “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às questões levantadas. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por referir que relativamente à intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** acerca da atuação do Governo era uma situação sobre a qual não se iria pronunciar, pois parecia-lhe que era uma discussão que tinha de ocorrer muito mais entre os Membros da Assembleia Municipal, já no que respeitava à instalação dos Balcões SNS 24 nas freguesias, tinha como objetivo a descentralização de algumas das valências que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Centro de Saúde fazia, ou seja, permitia facilitar o acesso a serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) através do acesso remotamente aos serviços digitais do SNS, permitindo realizar teleconsultas, marcar consultas, renovar receita médica, consultar exames, entre outros serviços. -----

Quanto às questões suscitadas pelo **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço**, relativamente à questão do despacho normativo sobre a comparticipação financeira a atribuir à realização de obras nos edifícios sede das freguesias informou já haver uma equipa na Câmara Municipal a auxiliar as Juntas de Freguesias, referiu ainda que solicitaram os documentos para a fase das candidaturas e que grande parte delas não tinha sequer o registo das propriedades nem sequer o registo de que lá existia o imóvel da Junta de Freguesia. -----

No que concerne ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, informou que no concelho de Tabuaço assentava muito mais numa perspetiva de investimento privado do que no investimento público, isto porque o universo patrimonial de habitação social da Câmara Municipal era relativamente pequeno e estava em perfeitas condições, excetuando apenas uma situação na freguesia de Longa. Informou que os proprietários elencados em acordo e parceria com as Juntas de Freguesia que fizeram a identificação quer da realidade do edificado, quer da realidade patrimonial, quer das pessoas que poderiam eventualmente enquadrar-se neste tipo de apoio, já tinham sido convocados, tinha também sido feita uma simulação no programa para perceberem o tipo de apoio que poderiam ter essa percentagem de apoio era sempre inversamente proporcional aos rendimentos dos proprietários. Também verificaram a necessidade em quase cem por cento das situações da elaboração de um projeto e como este apoio atribuído no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apenas permitia que o pagamento/ajuda fosse feito depois do adiantamento da verba, tinham a perceção de que existiam muitos proprietários, até por se tratar de um programa primordialmente direcionado para agregados carenciados que dificilmente teriam a possibilidade de avançar com o projeto a menos que tivessem algum tipo de apoio e aquilo que estavam a pensar fazer a todos os proprietários que se enquadrassem nos agregados familiares dentro dos escalões que a ação social entendia como carenciadas e que beneficiavam de apoios sociais do Município era eventualmente serem apoiados pelo Município no projeto, sendo que depois o tal ressarcimento do valor do projeto seria recebido pelo Município e não pelos proprietários, para todos os outros proprietários que não se encontrassem nesta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação iriam tratar de arranjar uma solução para que não fosse pela questão dos projetos que não pudessem usufruir deste programa. Contudo, os problemas não se prendiam só com a questão dos projetos, mas iriam estender-se ao longo de toda a concretização das obras, porque apesar do apoio atribuído no âmbito do PRR se concretizar na comparticipação e poder representar cem por cento do financiamento das soluções habitacionais, os proprietários iam ser obrigados a adiantar o dinheiro. -----

Informou que a reabertura das Piscinas Municipais Cobertas estava a demorar um pouco mais porque, atualmente, não tinham nenhum contrato de fornecimento de gás e foram confrontados no contrato de fornecimento de *pellets* por um aumento no valor que não se enquadrava legalmente no decreto-lei que aprovava um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos. A aposta feita há três ou quatro anos no investimento de instalação de caldeira biomassa com um sistema de queima de *pellets*, que seria o futuro, verificou-se claramente contraditório. Informou ainda que, há cerca de um mês, tiveram reunião com uma empresa no sentido de colocação de painéis fotovoltaicos em variadíssimas infraestruturas municipais para autoconsumo, sendo que uma deles era claramente as piscinas cobertas, para além do Pavilhão Municipal, da Escola, da Câmara Municipal e da Biblioteca Municipal. Contudo, e apesar das piscinas municipais serem o maior consumidor energético, pelo que iria ser benéfica a instalação dos painéis fotovoltaicos, depararam-se com um problema de o autor do projeto não autorizar a colocação dos mesmos. Felizmente tinham uma zona envolvente bastante grande e poderiam tentar contornar essa situação. ---

No que respeitava à requalificação da variante e da ligação dos dois ramais, existiam dois níveis diferentes. Um prendia-se com a reparação rápida de algumas depressões que pudessem existir e que teriam de ser feitas a breve trecho e com máxima urgência. A outra prendia-se com dar continuidade ao que tinha sido terminado recentemente em São Vicente e que pretendiam dar continuidade no próximo quadro comunitário no âmbito da regeneração urbana. -----

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** referiu que em relação à questão das candidaturas das Juntas de Freguesia aos fundos comunitários, e pelo facto de as Juntas de Freguesia não terem essa capacidade nem estarem direcionadas para isso, a lógica seria protocolarem com cada uma delas a cedência de serviço com alguém que trabalhasse com esses fundos comunitários. No que concerne à transferência de competências na área da ação social, referiu

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 203



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que no caso do Município de Tabuaço a transferência de competências não era acompanhada dos recursos financeiros necessários, o valor era claramente deficitário. A equipa de Rendimento Social de Inserção (RSI) estava sediada a uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) mas para além do concelho de Tabuaço também tinha a valência de várias freguesias do concelho de Armamar, e o que acontecia era que o valor que o concelho de Armamar teoricamente receberia caso tivesse uma equipa de RSI ligada a uma IPSS era recebido pelo concelho de Tabuaço, mas como agora o Município de Armamar também teria essa delegação de competências isso iria deixar de acontecer. Relativamente aos recursos humanos afetos a essa equipa de RSI achava que eram claramente deficitários, mas como com este novo acordo, resultante das negociações entre a ANMP e o Governo, iria haver um acréscimo no valor que estava inicialmente previsto transferir para os municípios, acreditava que o mesmo poderia suprir esses défices atuais. As negociações ainda não estavam fechadas, ainda tinham de assinar o acordo, mas outro bom sinal para além do acréscimo nos valores a transferir para os municípios era a prorrogação do prazo dos municípios até abril para aderirem à transferência da pasta da ação social. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo mais pedidos de esclarecimento, foram os votos de pesar sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O voto de pesar pelo falecimento de Maria Eugénia Moita foi aprovado, por unanimidade. -----

O voto de pesar pelo falecimento de Ilda de Jesus Ramos Silva foi aprovado, por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e antes de entrarem no período da “Ordem do Dia” colocou à apreciação do Plenário a retirada do ponto cinco respeitante à apreciação, discussão e votação da proposta da terceira alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e dois, visto que era extemporânea a sua presença nesta “Ordem do Dia”, lembrando que para que vigorasse era necessário que fosse aprovada por maioria de dois terços dos presentes. Passaram à votação do Plenário para a retirada do sobredito ponto, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e os assuntos da “Ordem do Dia” passaram a ser os seguintes: -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**PONTO UM:** Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO DOIS:** Designação de um representante para integrar a **Comissão Consultiva para a revisão do Plano Diretor Municipal de Tabuaço** [cfr. alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, por remissão do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual]; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação, discussão e votação da **proposta da Carta Social Municipal** [cfr. n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 66/2016, de 17 de março, na sua redação atual]; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração/aditamento ao Contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço** [cfr. alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO CINCO:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano financeiro de 2023** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO SEIS:** Apreciação, discussão e votação da **proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; ---

**PONTO SETE:** Apreciação, discussão e votação da **proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023** [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO OITO:** **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

Continuando com os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período da **ORDEM DO DIA.** -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um** da ordem do dia e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que começou por dizer que haviam algumas considerações importantes sobre o documento, nomeadamente sobre o ponto de situação em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relação ao parque fotovoltaico que iria ser instalado nas freguesias de Sendim, Paradela e Granjinha, Chavães e Arcos. Há umas semanas esteve juntamente com os Presidentes das Juntas de Freguesia supracitadas numa visita a um dos parques titulado pela empresa Finerge, em Coruche, referiu que a licença de exploração do parque fotovoltaico implicava o parecer de várias entidades e a aprovação da declaração de impacto ambiental e essa declaração iria obrigar a uma redução considerável naquela área de duzentos e poucos hectares e que apenas conseguiriam perceber quando da entrega do processo definitivo no Município, disse ainda que era importante referir que, fruto do decreto-lei aprovado pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática, que alterava as medidas excecionais para a implementação de projetos e iniciativas de produção e armazenamento de energia de fontes renováveis, a instalação de centros electroprodutores de fontes de energia renováveis e de instalações de armazenamento estavam sujeitas a uma compensação dirigida aos municípios suportada pelo Fundo Ambiental no valor de treze mil e quinhentos por megavolt-ampere (MVA) de potência de ligação atribuída, na sua opinião era muito mais equitativo que esse valor fosse atribuído por megawatts (MW) e que no caso do Município de Tabuaço, que poderia vir a ter um valor produtivo de cerca de duzentos megawatts, era um valor significativo, que depois seria proporcionalmente e primordialmente dividido pelas freguesias que tivessem maior impacto na instalação desse parque fotovoltaico. -----

Deu nota que, no dia três de outubro, a Vereadora e o Chefe de Gabinete estiveram, em Freixo de Espada à Cinta, na apresentação do estudo de reabilitação da Linha do Douro – Troço Pocinho/Barca D'Alva, elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN-N) e queria acreditar que era um projeto para avançar, até porque esse era um dos principais objetivos, e dos mais defendidos pela Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro) a par do IC26 e do projeto de navegabilidade do rio Douro através do projeto *Douro Inland Waterway*, esperava sinceramente que, agora que estavam a iniciar um novo quadro comunitário ultrapassassem rapidamente a fase de estudo e que passassem à fase de concretização da obra da linha do Douro. -----

Continuou referindo que também esteve presente na Semana Europeia das Regiões em Bruxelas, uma iniciativa organizada pelo Comité das Regiões Europeu e pela Comissão Europeia, e onde a delegação da Comunidade Intermunicipal do Douro, representada por praticamente todos os Presidentes dos dezanove Municípios, teve várias reuniões com diversas entidades, tendo destacado a reunião com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira e com o Presidente do Comité das Regiões Europeu, Vasco Cordeiro, onde apresentaram um documento reivindicativo acerca da requalificação das estradas municipais da Região do Douro, no sentido de solicitarem financiamento no Plano de Recuperação e Resiliência ou no próximo quadro comunitário. A verdade era que, nos últimos quarenta anos, todos os Governos se tinham vindo a despojar de responsabilidades e atualmente havia poucas estradas nacionais. A verdade era que os Municípios de baixa densidade não tinham capacidade para, por si, fazer face aos investimentos de requalificação de estradas, porque tinham muitas dificuldades em gerar mais receitas do que aquelas que eram as transferências do fundo de equilíbrio financeiro e também dos impostos que também tinham tendência para diminuir. O que foi apresentado pelo Município de Tabuaço foram situações gravíssimas, que entenderam como hierarquização e prioridade, como o caso das estradas de Sendim, de Valença do Douro, de Vale de Figueira, da Granjinha, para além de outras como a estrada de Chavães, e até a estrada da Granja do Tedo para Carrazedo que foi das últimas a ser requalificada precisava de intervenção, já para não falar na estrada de Távora que continuava em Tribunal por causa do trabalho que na altura a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro fez aquando da ligação, via com alguma dificuldade que esses investimentos fossem contemplados no próximo quadro comunitário, pelo que lhe parecia fundamental, caso lhes permitissem, que com base nesse documento apresentado em Bruxelas pudessem ir ao Banco Central Europeu e pudessem ser financiados, excepcionando esses valores financiados do limite de endividamento de cada um dos Municípios e a uma taxa de juro que fosse passível de ser suportada pelos mesmos, na sua opinião era fundamental que a situação da requalificação das estradas fosse realmente salvaguardada. -----

O Presidente da Câmara Municipal deu ainda conhecimento que no mês de outubro decorreu uma cerimónia importante, pelo simbolismo que teve, de homenagem a um filho da terra, o internacional de futsal Fábio Cecílio, primeiro no Salão Nobre dos Paços do Município e posteriormente na atribuição do seu nome ao Pavilhão Gimnodesportivo doravante designado de Pavilhão Municipal Fábio Cecílio. Continuou dizendo que era um homem que muito tinha feito e que não acreditava que nas próximas centenas de anos tivessem alguém que se destacasse tanto na atividade que tinham como o Fábio Cecílio se destacava, já para não falar no mediatismo que tinha o futsal. Trouxe este assunto, não só para enaltecer e agradecer a presença de todos os que participaram nessa homenagem mas também





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque o Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal referiu, e muito bem, numa reunião de Câmara Municipal que não tinha recebido qualquer convite para estar presente neste ato, continuou dizendo que desde logo manifestou um enorme desagrado e pediu desculpas pelo sucedido porque não tinha sido essa a indicação dada aos serviços. Posteriormente, percebeu junto dos serviços que atendendo ao curto espaço de tempo e na impossibilidade de os convites chegarem a tempo por correio, apenas contactaram as entidades telefonicamente e não lhes foi remetido também um *e-mail*. -----

Deu nota do ponto de situação relativamente à questão dos Correios de Portugal, S.A. (CTT) referindo ainda não ter obtido quaisquer respostas ao desagrado manifestado junto da administração dos CTT no que respeita ao decréscimo na qualidade na entrega do correio, pelo que na próxima reunião da CIM Douro que se realizaria em Moimenta da Beira iria voltar a abordar essa questão. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara Municipal referiu que fruto da tomada de posição na Comunidade Intermunicipal do Douro e do processo com que entraram junto da Caixa Geral de Depósitos (CGD) por causa da desqualificação e redução de serviços na Caixa Geral de Depósitos e o encerramento dos serviços de balcão em alguns dias, tinha sido já agendada uma primeira audiência para o dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e três, contudo recebeu uma mensagem a adiar a mesma, mas ainda sem data de previsão de novo agendamento. -----

Continuou referindo, que no âmbito do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) estavam numa fase de aceleração das coisas pelo facto de até junho do próximo ano terem de ter física e financeiramente o quadro comunitário encerrado, tal como referiu em reuniões anteriores, ao longo do último ano e meio, houve muitos concursos que ficaram desertos devido ao aumento exponencial dos preços e também o Município de Tabuaço teve algumas dificuldades, sendo que, de momento, estava tudo praticamente dentro dos prazos, o maior problema que tiveram estava relacionado com a intervenção dos circuitos de visita turística que se prendia com a intervenção na parte do Monte Travesso, onde eram os Magusteiros, a parte dos Moinhos e também em Valença do Douro, uma vez que essa situação tinha ficado deserta três vezes em concursos públicos, pelo que tiveram que ir aumentando o prazo, e felizmente, depois, foi-lhes permitido fazer um ajuste direto e alguém do concelho conseguiu avançar com essa obra, que estava a decorrer. Referiu ainda que, relativamente à outra situação, também já mencionada em reuniões anteriores, da criação de um

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 208



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

roteiro da intervenção das Igrejas também já tinha sido entregue a uma empresa, portanto acreditava que estava tudo a correr da melhor forma. -----

Por último, o Presidente da Câmara Municipal salientou a importância e manifestou que a Câmara Municipal estaria disponível conforme já esteve na questão dos equipamentos sociais para prestar apoio quer à Santa Casa da Misericórdia, quer ao Centro de Promoção Social de Tabuaço – Lar Maria de Lurdes Barradas para efeitos de concretização das candidaturas que viram aprovadas no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), entendia que a qualidade desse investimento e da sustentabilidade que traria quer na melhoria de vida dos idosos quer também na criação de postos de trabalho iriam ser uma mais-valia, pelo que posteriormente apresentariam os montantes e a protocolização dos apoios do Município para com essas entidades. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito os Deputados **Cristofe Pedrinho** e **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

O Deputado **Cristofe Pedrinho** usou da palavra para indagar o Presidente da Câmara Municipal se já tinha o cronograma previsto por parte da empresa que iria colocar os painéis fotovoltaicos, para o começo e término da obra, e em caso afirmativo se poderia disponibilizar o mesmo aos Deputados. ----

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para em primeiro lugar solicitar para que, quando, a informação respeitante ao parque fotovoltaico fosse entregue na Câmara Municipal que a mesma fosse disponibilizada aos Membros da Assembleia. Depois, e relativamente à requalificação da Linha do Douro, não acreditava que fosse acontecer, até porque Espanha andava quase a pedir por favor a Portugal para construir uma linha de alta velocidade entre Lisboa e Madrid. Referiu que enquanto os outros países investiram nos caminhos-de-ferro, Portugal investiu muito dinheiro em estradas, em autoestradas paralelas, e depois andava a alugar automotoras que estavam no ferro velho em Espanha a trezentos mil euros por ano. Sinceramente, não acreditava até porque já houve privados a querer investir na Linha do Douro e nunca conseguiram que o processo fosse para a frente, contudo, esperava que desta vez as coisas corressem de maneira diferente. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou referindo que, havia alguns assuntos que constavam na informação escrita do Presidente da Câmara Municipal que gostava de ver esclarecidos. O primeiro estava relacionado com um pedido de revogação de um subsídio, por parte da Comissão de Festas de Chavães, que apareceu na informação escrita e questionou o porquê dessa decisão. O segundo, já tinha sido abordado em reuniões anteriores, queria que lhe fosse dada uma explicação sobre o possível encerramento de balcões, inclusive, o próprio balcão da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Távora e Douro (Caixa Agrícola) na freguesia de Sendim e caixa de multibanco que estava ao abandono, o dinheiro continuava a falhar e tinha teclas que já não existiam. Não entendia, nem sabia que pressões estavam a ser feitas por parte da Junta de Freguesia de Sendim, nem em qual o objetivo pretendido e se realmente a chamada de atenção feita iria trazer alguns frutos no futuro, mas esperava que sim, porque era do interesse da população. Outro assunto, também referenciado na informação escrita, prendia-se com o aumento na revisão dos preços para a ampliação da Zona Industrial de Tabuaço, gostaria que lhe explicasse o porquê, tendo voltado a frisar, tal como já o havia feito em reuniões anteriores, que não concordava com a localização da mesma. -----

Referiu que podiam dizer que tinha sido escamoteado, que os dados foram empolados, mas o certo era que o concelho de Tabuaço, nos últimos dez anos, perdeu quase mil e quatrocentas pessoas, e se continuassem a encerrar serviços não sabia o que iria acontecer, garantiu, que apesar de não viver no concelho, estava muito preocupado com o que se estava a passar no Interior e no concelho relativamente a essa questão. -----

Terminou a sua intervenção referindo outra questão, que o entristecia bastante, e também já mencionada em reuniões anteriores, e pediu ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para que fizesse um esforço para entender o intuito do que iria dizer. Quando falaram no circuito turístico, no primeiro mandato, falou com o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** e estavam extremamente motivados para que existisse um roteiro numa das freguesias que tinha, embora não fosse do conhecimento de todos, um património histórico-cultural mais valioso que existia no concelho desde vestígios romanos, vestígios árabes e a maior Igreja Matriz do concelho. Foi testemunha da quantidade de turistas que visitaram a freguesia, apesar da falta de informação e da falta de roteiros, achava que Sendim merecia mais e por isso voltava a insistir nesse assunto. O património cultural e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

histórico de Sendim era muito grande e achava que merecia ser mais valorizado, tendo inclusive, feito comunicações à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Sendim acerca de várias destas questões, como a questão dos túmulos árabes, entre outras. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para responder às intervenções efetuadas pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. Após saudar os presentes na sessão referiu que na sua opinião estas questões não deveriam ser tratadas na Assembleia Municipal, contudo, informou que em Sendim tinha sido feito neste ano um estudo arqueológico, pago inteiramente pela Junta de Freguesia, e a Junta de Freguesia de Sendim tinha previsto no orçamento para o ano de dois mil e vinte e três uma rubrica para a criação de dois ou três roteiros. Relativamente à Caixa Agrícola tiveram uma reunião com o administrador e fariam tudo o que estivesse ao alcance tanto por parte da Junta de Freguesia como por parte da Câmara Municipal para evitar o encerramento da mesma. No que respeitava aos túmulos árabes, tinha ido ver o estado de conservação dos mesmos e a única coisa que tinham eram água, porque certamente tinha estado a chover naqueles dias, a água realmente estava um bocadinho suja, havia terra, musgo e alguma sujidade, mas era normal. -----

Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal para esclarecer e responder às questões que foram colocadas. Começou por responder à intervenção do Deputado **Cristofe Pedrinho** referindo presumir que existia uma previsão de trabalhos no primeiro processo que foi entregue na Câmara Municipal pela empresa dos painéis fotovoltaicos, mas esse processo com toda a certeza que não refletia aquilo que era agora a calendarização de trabalhos, mas quando tiverem o processo definitivo, com a licença de exploração e a declaração de impacto ambiental trariam à Assembleia Municipal para perceberem e entenderem qual a área global de investimento e qual a calendarização do mesmo. -----

No que concerne à intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** nomeadamente à questão da Linha do Douro disse que gostava de pensar e de tentar ser otimista, não acreditava, antes pelo contrário, que duas figuras que mereciam todo o respeito, quer Ana Abrunhosa, Ministra da Coesão Territorial, quer Pedro Nuno Santos, Ministro das Infraestruturas e Habitação que estiveram presentes na apresentação do Estudo de Reabilitação da Linha do Douro – Troço Pocinho/Barca d'Alva, andavam a enganar deliberadamente, a dizer que estavam a fazer estudos e que iriam avançar com determinadas coisas só para os entreterem, acreditava o contrário, acreditava que queriam era

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 211



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que as coisas avançassem o mais rápido possível, referiu ainda ter algum receio que caso estes interpretes mudassem que as coisas também mudassem, porque, infelizmente, em Portugal já estavam habituados a que os interpretes mudassem e as vontades também. -----

Relativamente à questão da revogação do subsídio solicitado pela Comissão de Festas de Chavães, o que tinha acontecido foi que o valor requerido não tinha sido gasto e então entenderam, por bem, pedir a revogação do mesmo. No que respeitava à questão da Caixa Agrícola e do multibanco tiveram uma reunião com o Presidente da Junta de Freguesia e a administração local da Caixa Agrícola, onde a administração da Caixa Agrícola manifestou algum receio, porque houve alguma pressão dentro da estrutura da Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo no sentido dos micro balcões, que não teriam o rendimento dos *Automatic Teller Machine* (ATM's), serem reduzidos ou eventualmente encerrados. Mostraram total disponibilidade, quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia de Sendim, para algum tipo de ajuda que fosse necessária, tendo a noção que, mais uma vez, ao contrário da Caixa Geral de Depósitos, as coisas não dependiam diretamente deles, porque enquanto num lado existe capital público na constituição de um banco, no caso da Caixa Agrícola tratava-se de uma cooperativa. Nessa reunião foi-lhes ainda transmitido pela administração local da Caixa Agrícola, que pretendiam manter os serviços não só no Vale do Távora e Douro, mas nos outros lados que estavam nas mesmas condições, como era o caso de Leomil, Alvite e Mosteiro. Durante a reunião, foram ainda abordadas algumas situações quer por ele quer por parte do **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, nomeadamente a questão da falta de dinheiro no multibanco e a questão do sol que refletia no ecrã do multibanco e dificultava a qualidade do serviço, tendo sido dito pela administração local da Caixa Agrícola que iriam tentar dar repercussão a esses pedidos e aos que tinham chegado por parte do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

Acrescentou, que há poucos dias tinha saído uma reportagem no Jornal de Notícias, sobre a questão dos Censos, depois iria fazer chegar ao Presidente da Assembleia Municipal a resposta que enviou para o Jornal de Notícias, para que depois fique em ata. Em primeiro lugar, chateou-o muito, estar durante um sábado à tarde, mais de meia hora a falar com um jornalista para lhe explicar o que entendia que eram os motivos para a perda de população, para depois, no fim, ser mais importante para o jornalista, sem qualquer sentido depreciativo, ouvir os moradores e coisas que lhe pareciam que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nada tinha de ver, parecia-lhe que, mais uma vez, quer os títulos quer todas as situações que decorreram daquela notícia eram claramente tendenciosas e até acabavam por achincalhar os territórios de baixa densidade que, infelizmente, só eram motivo de notícia quando era pelo mal e nunca quando era pelo bem. Entendia que existiam algumas situações que deveriam de ser avaliadas, porque quando um jornal de dimensão nacional se metia a fazer jornalismo de investigação ou de estudo sobre os resultados dos Censos e olhava para uma realidade em que oitenta e três por cento das Câmaras do território do país, ou seja, duzentas e sessenta das trezentas e oito Câmaras, perderam população e onde mais de cinquenta por cento da população viviam em trinta Câmaras do país e colocava o ónus no local era perfeitamente absurdo, até porque acharem que as grandes estratégias, fossem elas de natalidade, de demografia, de fixação de pessoas, algum dia pudessem passar por um Município que tinha como receitas correntes um valor que não chegava a seis milhões de euros por ano, era perfeitamente absurdo. -----

No que concerne à questão da Zona Industrial de Tabuaço, disse que tinha a ver com a revisão dos preços, com os acertos e também com o decreto-lei que estabelecia um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos. O Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** referiu não concordar com aquela localização, mas já tinha sido referido na legislatura anterior que os avisos que existiram no anterior quadro comunitário não era nenhum para a criação de zonas industriais, mas sim todos para amplificações e requalificações de zonas industriais existentes, pelo que, tinham duas possibilidades, ou não faziam nada, por não concordarem com a localização da zona industrial existente, ou então tentavam fazer alguma coisa para a melhorar. -----

Relativamente à outra questão que se prendia com o turismo, não conseguia de forma nenhuma concordar com aquilo que o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** referiu. Em primeiro lugar porque o valor intrínseco a cada uma das aldeias e freguesias do concelho era o valor intrínseco a cada uma delas e a parcialidade desse valor era tão distinta quanto a proximidade de cada um dos presentes a essas mesmas terras e muitas vezes essa proximidade também levava a que não conseguissem ser imparciais o suficiente a analisar, não estava com isto a dizer que a freguesia de Sendim não tinha o valor que o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** disse, mas todos os presentes viam o mesmo valor e a mesma riqueza nas terras que os viram nascer, e a verdade era



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma, também podia agora alguns dos Membros da Assembleia Municipal questionar o porquê de neste quadro comunitário terem sido Sendim, Valença do Douro e Tabuaço alvo de requalificações na regeneração urbana e não terem sido contempladas outras freguesias. A realidade era que, ao longo do último quadro comunitário, tinham sido criadas algumas condições na freguesia de Sendim, independentemente de ainda haver alguns defeitos na obra, para que pudessem ser criados roteiros, porque os locais onde as pessoas iriam passar estavam melhores atualmente do que estavam há sete ou oito anos atrás, para além disso, a freguesia de Sendim também estava contemplada, com a sua Igreja Matriz, na segunda fase do PROVERE, na criação do roteiro que começava e terminava na Foz do Távora, já referido em reuniões anteriores, frisou que tinha a noção que não podiam ser contempladas todas as aldeias e freguesias, apesar de gostarem de ter a capacidade suficiente para conseguirem fazer o máximo possível em todas elas, mas infelizmente não conseguiam e tinham de fazer escolhas. -----

Foi dada novamente a palavra ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que referiu que caso não concordassem com ele, para o dizerem, que ele renunciaria ao mandato, porque lhe dava a ideia de que as pessoas estavam crispadas com ele. Ele estava a defender os interesses da população, e a Assembleia Municipal era para se discutirem todos os assuntos, pois era o órgão democrático por excelência no concelho. Quando defendia as questões turísticas da terra dele, era porque a via abandonada e tinha a certeza que se tratava da segunda maior freguesia do concelho. Vinha de Lisboa, de propósito às reuniões da Assembleia Municipal, e podia garantir que não era pelos sessenta e dois euros das senhas de presença, vinha porque defendia o interesse das populações e da sua terra. Voltou a frisar que quando entrou neste projeto, como já tinha referido em reuniões anteriores, foi para trabalhar em equipa e isso não estava a acontecer e gostava que voltasse a acontecer. Indagou o Presidente da Assembleia Municipal se o que tinha frisado não eram assuntos de interesse para o Município, tal como referia o último ponto da convocatória, terminou a intervenção solicitando para que ou o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** ou a Câmara Municipal lhe fizessem chegar o contrato de exploração ou de arrendamento que tinham com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Távora e Douro para que pudesse analisar a situação, esperava que até à próxima reunião isso lhe chegasse para poderem continuar a discutir esse assunto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal disse que quanto à interpelação que lhe foi feita nunca lhe ter cerceado a palavra para trazer assuntos, quaisquer eles que fossem, inclusivamente assuntos que não tinham diretamente a ver com a Assembleia Municipal nem com o Município de Tabuaço, mas sim, alguns deles assuntos mais específicos e que com certeza seriam tratados ou pela Assembleia de Freguesia ou pela Junta de Freguesia de Sendim. -----

Para responder à intervenção, foi também dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** que questionou o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** sobre como chegara à reunião da Assembleia Municipal, já que falava tantas vezes em querer o bem do Município, então porque tinha fretado um carro à Câmara Municipal para ir à reunião da Assembleia Municipal, e não optou por ir de autocarro, de táxi ou até mesmo à boleia com ele, como já o tinha feito inúmeras vezes, continuou referindo, que na última reunião da Assembleia Municipal tinha saído mais cedo e que ao ler a ata dessa reunião verificou que o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** o tinha interpelado sobre o aqueduto à entrada do “novo” café e que colocava em perigo as pessoas que ali passavam, quando o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** tinha agendado uma reunião, onde tinham estado os dois, com o senhor Embaixador e sabia perfeitamente o que tinha sido dito nessa mesma reunião, sabia perfeitamente que o senhor Embaixador tinha ficado de fazer um projeto grátis para aquele espaço, disse que ainda estar a aguardar que lhe enviassem o projeto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal interpelou o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para dizer que esses eram assuntos que a Assembleia Municipal desconhecia, não lhe queria cortar a palavra até porque não gostava de o fazer e dava a completa liberdade e máxima responsabilidade aos Deputados para fazerem as intervenções que tivessem, e neste caso estava a alertá-lo porque o Plenário desconhecia de que Embaixador se tratava e eram assuntos que tinham sido tratados bilateralmente. Agradecia a intervenção e não a queria cortar, contudo todos os assuntos que quisesse trazer para dar resposta tinham que pelo menos ser do conhecimento da Assembleia Municipal, e lamentavelmente esse não o era. -----

Interveio novamente o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para referir que o assunto era do conhecimento da Assembleia Municipal porque tinha sido falado na reunião anterior e constava da ata da mesma, apenas não tinha sido referida a reunião com o Embaixador. -----

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 215





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal pediu ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para que enquadrasse porque não estava esclarecido sobre esse assunto, pediu desculpa, mas parecia-lhe que estavam a abordar assuntos que eram tratados a nível executivo e a nível de cidadãos ou fregueses de uma freguesia, assuntos completamente desconhecidos para o resto da Assembleia Municipal, podiam trazer os assuntos que entendessem serem de interesse para o Município, desde que o Plenário tivesse conhecimento de quais eram e de qual o seu enquadramento. Portanto, fazer alegações de um projeto de um Embaixador, não era assunto do qual a Assembleia Municipal tivesse conhecimento. Posto isto, deu novamente a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para que querendo continuasse a sua intervenção. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** referiu não ter mais nada a acrescentar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para referir que tinha duas ou três situações que lhe diziam respeito diretamente, porque não tinha entendido se algumas das coisas referidas anteriormente tinham como alvo alguma coisa que tivesse dito, não houve da sua parte qualquer tipo de crispação, aquilo que fazia desde dois mil e treze até à atualidade era responder às questões que lhe colocavam e manifestar a sua opinião, não dizia o que deveria ou não ser discutido, até porque nem sequer era Membro da Assembleia Municipal, mas também não podiam estar à espera que não manifestasse a sua opinião, até agora sempre respeitou a opinião de toda a gente e nunca se crispou com ninguém, até porque era da discussão e muitas das vezes da divergência de opiniões que nasciam coisas melhores e maiores, frisou que ninguém estava contra ninguém, que apenas discutiam ideias e não discutiam personalidades, pessoas ou o que quer que fosse. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal para rematar este ponto e a discussão, renovou a sua vontade pessoal e da Mesa da Assembleia de dar a liberdade total para a discussão que os Deputados quisessem tomar, queria era demonstrar que os Deputados quando traziam assuntos tinham que perspetivar que os mesmos eram transversais a todo o Município e que pelo menos a Assembleia Municipal fosse previamente conhecedora deles ou então que sejam esclarecidos aquando das intervenções, porque estava a haver um diálogo e penitenciava-se por o ter permitido. Era o que lhe aprazia transmitir. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuando, e feita que estava a apreciação do **ponto um** respeitante à **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município**, o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que antes de passarem ao **ponto dois** que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo, recomeçando às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, para que fosse feita a preparação da eleição que subjazia esse sobredito ponto concernente à **designação de um representante para integrar a Comissão Consultiva para a revisão do Plano Diretor Municipal de Tabuaço**. -----

Retomando os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto dois** da ordem do dia, referente à **designação de um representante para integrar a Comissão Consultiva para a revisão do Plano Diretor Municipal de Tabuaço**. -----

Antes de procederem à eleição, foi solicitada a palavra por parte do **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** para referir que no seguimento das suas intervenções em reuniões anteriores da Assembleia Municipal acerca do Plano Diretor Municipal (PDM) que na sua opinião era o documento mais importante em discussão e agora tinham uma oportunidade de ouro de poderem contribuir para a execução desse documento e a sua articulação com outros documentos, nomeadamente os que diziam respeito à zona especial de proteção (ZEP) e ao Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo (POARC), nesse sentido, aquilo que achava era que a pessoa que estivesse encarregue de fazer parte desta comissão estivesse preparada para isso e que fosse, na sua opinião, a responsável pela Assembleia Municipal, na pessoa de Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo. Ainda no sentido dos vários erros que tinha o PDM anterior, gostaria de ver discutidos alguns assuntos, não sabia se este seria o momento ideal ou se poderia ser *a posteriori*. -----

Em resposta, o Presidente da Assembleia Municipal disse que poderia elencar aqueles que achasse por bem, e que ele próprio, posteriormente, também iria fazer uma alocação sobre esse assunto. -----

Retomando a palavra, o **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** referiu os erros que estavam no PDM anterior, nomeadamente nos artigos 11.º e 34.º que falavam dos alinhamentos e dos afastamentos das edificações; no artigo 25.º que falava do regime de edificabilidade nos espaços agrícolas e florestais em que o índice era de dois por cento para as habitações e de cinco por cento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para os equipamentos de apoio a essas atividades, a definição das áreas de risco de incêndio e ainda da sobreposição no PDM atual de zonas de Reserva Agrícola Nacional (RAN) e de áreas urbanizáveis, neste sentido erradamente; e ainda entre nos artigos 44.º e 46.º a definição de solo urbanizável, ou seja, de zonas de expansão, em que, na sua opinião, erradamente, eram obrigados a ter operações de loteamento. -----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal referiu já ter havido um debate na Assembleia Municipal e o acordo de elaborarem, de criarem uma comissão de acompanhamento do desenvolvimento do processo do PDM, que na medida de possível da competência e também do *expertise* de cada um dos Deputados que a iriam compor de trazerem *inputs* que com certeza a Câmara Municipal ao elaborar o documento teria em conta, portanto, para a eleição dessa comissão, teriam em primeiro de definir o número de Deputados que a iriam compor, talvez entre três e cinco elementos, para haver um debate e uma súmula de propostas a submeter à Câmara Municipal e também para acompanharem o trabalho desenvolvido na revisão do PDM, deste modo, na próxima reunião da Assembleia Municipal, realizada em fevereiro, teriam um ponto na ordem de trabalhos que seria a eleição dessa comissão de acompanhamento e de trabalho. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Plenário que fossem apresentadas listas para a eleição de um representante para integrar a Comissão Consultiva para a revisão do Plano Diretor Municipal de Tabuaço, tendo sido apresentada à Mesa da Assembleia uma lista, à qual foi dada a designação de Lista A. Submetida a votação, por escrutínio secreto, registou-se os seguintes resultados: vinte e três votos favoráveis e três votos nulos. Assim, foi eleito para representar a Comissão Consultiva para a revisão do Plano Diretor Municipal de Tabuaço, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, como primeiro efetivo, foi ainda eleito como primeiro suplente **Álvaro Correia Soares Martinho**. -----

Posteriormente, passou-se para o **ponto três** sobre a apreciação, discussão e votação da proposta de **proposta da Carta Social Municipal**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal fez um breve enquadramento dizendo que a lógica da renovação da Carta Social Municipal se prendia com a obrigatoriedade legal, a Carta Social Municipal tinha obrigatória e legalmente de ser revista ao fim de quatro anos, para além disso, também havia o imediatismo das carências e das dificuldades sociais atuais que obrigava a terem uma atenção maior a essa problemática, também aliado a estes dois fatores, o facto de terem uma série de candidaturas no âmbito do próximo quadro comunitário, entenderam por bem preparar o documento apresentado. Documento esse que decorria do trabalho do Município, através das técnicas do Município e de uma empresa especializada para esse efeito. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito o Deputado **Cristofe Pedrinho**. --

O Deputado **Cristofe Pedrinho** usou da palavra para referir que iriam votar favoravelmente a Carta Social. O documento apresentado era um documento técnico que decorria da obrigação da lei e era um documento importante para o concelho de Tabuaço, era um documento que estava muito bem elaborado, muito específico e que apresentava uma realidade que ele desconhecia. Deixou ainda uma chamada de atenção para que em próximos documentos desse tipo, de forma a facilitar a consulta e o trabalho dos Deputados, que os documentos fossem elaborados a partir de um formato *Portable Document Format* (PDF) oficial e não digitalizados e depois convertidos em PDF, achava que com toda a tecnologia disponível isso não fazia qualquer sentido. -----

Para responder à intervenção, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que referiu concordar com o Deputado **Cristofe Pedrinho** relativamente ao formato em que os documentos eram enviados, porque realmente não tinha o mínimo de sentido que assim fosse e manifestou que não era por falta de aviso que seguiam nesse formato que tinha acabado de referir. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguiu-se para o **ponto quatro** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração/aditamento ao Contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

No uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal teceu algumas considerações sobre o documento, dizendo que no âmbito do contrato de delegação de competências na área da educação que, primeiramente, receberam e que depois passaram uma série de competência para a Escola, porque a lei assim o permitia e porque funcionava melhor, verificaram no decorrer destes primeiros meses que existiam algumas situações que na prática necessitavam de ser alteradas, situações essas que se prendiam essencialmente com dois fatores, um deles tinha a ver com a data das verbas transferidas, que foi antecipada, porque ao transferirem as verbas inerentes ao protocolo de delegação de competências que tinham com o Agrupamento de Escolas, a Escola continuava a ter de aguardar que esse dinheiro transferido pelo Município fosse validado pela Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e pelo Tesouro para o puderem utilizar, o que era uma coisa inacreditável, a outra situação prendia-se com o valor resultante das senhas de refeição servidas na cantina escolar. O protocolo não contemplava o valor dessa receita que teria de ser ressarcida ao Município, uma vez que era o Município que tinha contratualizado e suportava as despesas com a empresa que fornecia o serviço de refeições escolares, no fundo, eram estas as duas alterações que estavam na adenda ao protocolo de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço que já tinha sido aprovado em reunião de Câmara Municipal e que solicitava agora também a aprovação por parte da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Continuando com os trabalhos agendados e por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tal como aconteceu em anos transatos e tendo em conta o conteúdo dos três pontos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguintes: o **ponto cinco** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta de Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano financeiro de 2023**; o **ponto seis** relativo à apreciação, discussão e votação da **proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023**; e o **ponto sete** a respeito da apreciação, discussão e votação da **proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023**, e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado. -----

O Presidente da Câmara Municipal aceitou a proposta da discussão conjunta dos três pontos, prestando um esclarecimento sobre as propostas em apreço, mencionando que o documento apresentado respeitante ao Orçamento das Receitas e das Despesas e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e três, acabava por ser uma continuidade do documento exposto no ano transato, e refletia as despesas que o Município tinha e que decorriam das despesas correntes e também os compromissos que o Município assumiu relativamente ao fecho do quadro comunitário, tal como tinha referido anteriormente o quadro comunitário tinha de estar terminado física e financeiramente em junho de dois mil e vinte e três, e infelizmente ao longo do ano fruto de uma série de razões, o Município teve alguma dificuldade em conseguir que alguns concursos tivessem presença de empresas para concorrer, fruto da instabilidade dos preços das matérias-primas, referiu ainda que comparativamente ao orçamento apresentado no ano transato havia um acréscimo nos valores apresentados que refletiam o facto de atualmente terem despesas e receitas devido à transferência de competências na área da educação que o Município já tinha aceite, continuou dizendo que tinha sido um ano bastante difícil, mas que fariam disso aquando do encerramento das contas, isto porque o Município teve uma redução das transferências do Estado de mais de dez por cento, o que numa realidade como a do Município de Tabuaço era equivalente a mais de um duodécimo, o que com as dificuldades que viviam e se a isso aliassem o aumento exponencial de despesas e os custos correntes era bastante significativo, referiu que no próximo ano teriam, um orçamento das receitas e das despesas e as grandes opções do plano, distintos, no fundo era a continuidade do que tinham sido os últimos anos, daquilo que foram as apostas que o Município fez para um período de seis anos, que deveria ter terminado em dois mil e vinte, mas que fruto da pandemia, só terminaria em dois mil e vinte e três, continuou dizendo que para questões mais técnicas estava presente a Chefe da Divisão Financeira, Fernanda Lamas para eventualmente responder. -----

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 221



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente ao Mapa de Pessoal, este refletia a realidade do Município com a integração da transferência das competências que o Município foi aceitando ao longo do último ano e meio, terminou referindo esperar a concordância para a realidade do Município durante o ano de dois mil e vinte e três. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal o esclarecimento e cumprimentou a Chefe da Divisão Financeira. De seguida, abriu inscrições para o debate. -----

Usou da palavra o Deputado **Cristofe Pedrinho** para dizer que o documento não era mais do que uma previsão para o próximo ano, o documento que iria validar essa previsão era o relatório de contas, que seria apresentado em abril de dois mil e vinte e quatro, esse sim, era o documento importante, o documento que iria visar o trabalho e que iria fiscalizar/controlar o trabalho feito pelo Município. Relativamente ao documento apresentado pelo Executivo tinha algumas curiosidades e algumas coisas interessantes para demonstrar que era um orçamento e que era apenas e meramente indicativo, mas tinha o seu valor importante, referiu que nas despesas correntes para o ano de dois mil e vinte e três estavam no montante de treze milhões duzentos e vinte e três mil oitocentos e sessenta e um euros e havia um aumento do ano passado para este ano na rubrica de outras despesas de seis milhões de euros, portanto, mais de cinquenta por cento das despesas correntes estavam refletidas na rubrica de outras despesas, e não sabiam o que eram essas outras despesas, tinha também a despesa de capital que tinha descido e as despesas correntes que tinham subido, as receitas apresentavam um aumento de receita e gostaria de saber como chegavam a essa receita, de cerca de um ponto três milhões de euros, acreditava que fosse através da transferência de competências, e de capital de cerca de duzentos e trinta e quatro mil euros de diferença, o que também era interessante de ver era que as rubricas das aquisições e serviços e de outros serviços, que não sabiam o que eram concretamente, iriam saber sim em dois mil e vinte e quatro no relatório de contas, era de um ponto seis milhões de euros, mais precisamente de um milhão seiscentos e oitenta e seis mil e novecentos e trinta e um euros, o orçamento do ano passado era de dezasseis milhões de receita e o deste ano era de dezoito milhões, a despesa também subia, mas subia em outras despesas, portanto, aquilo que queria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntar, mais concretamente, era o que eram esses seis milhões de euros em outros nas despesas correntes e os outros na despesa de capital que representavam três milhões de euros. -----

Continuou referindo que quanto às Grandes Opções do Plano quase que poderia dizer, não o levando a mal, que era uma cópia do ano passado, não havia uma grande alteração relativamente ao último documento apresentado, seria um documento mais de previsão e o documento importante seria o que iriam votar, depois, em abril de dois mil e vinte e quatro sobre a taxa de execução deste mesmo orçamento. -----

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** afirmando que o orçamento era sem dúvida uma previsão, se estaria mais ou menos esmiuçado isso era outra questão, relativamente às Grandes Opções do Plano não lhe fazia confusão nenhuma que muito do documento fosse uma cópia, não era uma cópia, tinha muita coisa parecida, e era sinal, que se calhar, as Grandes Opções do Plano que se faziam tinham alguma sustentabilidade, até ficava contente com isso, e as Grandes Opções do Plano não eram mais do que isso, eram uma questão programática, não queria dizer que tudo fosse passível de ser executado, o mesmo se passava a nível central, as Grandes Opções do Plano eram meramente um mapa indicativo daquilo que se pretendia fazer, nem tudo era previsível, nem tudo era passível de estar explanado nos documentos que lhes foram apresentados, portanto, a ele não lhe fazia confusão absolutamente nenhuma, porque tinha a certeza de que muitas das Grandes Opções do Plano que aprovaram no ano transato, de certeza que alguns dos planos aprovados nesse documento, esperava bem que sim, que alguns ainda estivessem a ser executados, e se calhar alguns há pouco tempo e outros que iriam continuar, portanto, chamava-se a isso, esperava que assim fosse realmente, sustentabilidade. -----

Interveio novamente o Deputado **Cristofe Pedrinho** para referir, uma vez mais, que o documento apresentado era, mais uma vez, uma digitalização de um documento que deveria ser um PDF oficial, que deveria facilitar o trabalho de todos e que só complicava o trabalho de quem estava a fiscalizar, e era um documento que não fazia qualquer sentido que fosse impresso, que fosse digitalizado e transformado em PDF para ser enviado, quando atualmente tinham formas e tecnologia para que fosse convertido automaticamente em PDF. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para responder às intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que relativamente à especificação dos valores mencionados, na rubrica de outras despesas correntes, pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**, estava a questionar a Chefe da Divisão Financeira, que lhe estava a dizer que apenas consultando essas rubricas conseguiria responder ao suscitado, pelo que depois faria chegar essa informação ao Deputado **Cristofe Pedrinho**, relativamente à questão do aumento da receita, conforme tinha sido referido pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** prendia-se com a transferência das competências na área da educação e dos valores que dela decorriam quer a nível de receita quer depois também a nível de despesa, no que concerne às Grandes Opções do Plano, era um documento indicativo e independentemente da concretização que pudesse ou não existir num orçamento de dois mil e vinte e quatro, importava frisar que, ao longo dos oito/nove anos que aqui estavam, dependiam única e exclusivamente daquilo que eram investimentos comunitários porque de resto não houve nenhum investimento feito pelo Governo Nacional, já no que respeitava à situação financeira do Município importava referir outra vez que quando chegaram à Câmara tinham uma realidade de quase dois e meio de rácio de endividamento e que entretanto no ano passado fruto do esforço daquilo que era a dívida direta, baixaram para um e meio abaixo do limite de dívida, que só aumentava com a inclusão quer da participação do Município na Águas do Norte, S.A., importava, também, dizer que a redução dessa dívida levava a que não conseguissem fazer mais e importava também referir que o Município teve um corte no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de mais de seiscentos mil euros, o que, aliado à subida de preços, para uma realidade como a do Município de Tabuaço levava a que os resultados que iriam apresentar fossem piores do que os apresentados até então, também tinham de dar continuidade aos investimentos e tinham de fechar o atual quadro comunitário, senão acabariam por perder o dinheiro desses investimentos aos quais se foram candidatando. -----

Relativamente ao envio do documento respeitante ao Orçamento das Receitas e das Despesas e às Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e três ter sido digitalizado e convertido em PDF antes de ser enviado prendia-se com o facto de haver algum legalismo por parte dos serviços, e bem, que os obrigava a que o documento enviado, até porque era assim que era exigido pela própria Assembleia Municipal, que o fosse enviado o documento oficial que era assinado por todos os Vereadores, contudo poderiam perfeitamente no próximo ano no encerramento das contas ou depois

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 224



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no plano enviarem um documento não assinado e que não seria o oficial. Até à atualidade, a prática da Câmara Municipal era sempre a de enviar a digitalização porque ia já o documento oficial, aquele que era enviado para o Tribunal de Contas, depois de ser assinado pela Mesa da Assembleia Municipal. ----

Não havendo mais intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto cinco respeitante à proposta de orçamento das receitas e das despesas para o ano financeiro de dois mil e vinte e três foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis e os votos contra dos Deputados **Cristofe Pedrinho** e **Artur Pina Martins** e a abstenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

O ponto seis respeitante às grandes opções do plano para o ano de dois mil e vinte e três foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis e os votos contra dos Deputados **Cristofe Pedrinho** e **Artur Pina Martins** e a abstenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

O ponto sete a respeito da proposta do mapa de pessoal para o ano de dois mil e vinte e três foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis e as abstenções dos Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, **Cristofe Pedrinho** e **Artur Pina Martins**. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** para apresentar declaração de voto. Tendo referido que a sua abstenção era só por uma questão de acesso à informação, não lhe interessavam as assinaturas desde que o conteúdo do documento fosse igual, desde o início do primeiro mandato que andava a pedir esta questão por isso se tinha absterido nos três pontos, porque não teve hipótese de poder analisar a informação nas devidas condições na totalidade. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal registou novamente o descontentamento, tendo feito uma sugestão à Câmara Municipal para transmitir aos serviços o que o Presidente da Câmara Municipal já tinha abordado, de a documentação ser enviada em formato PDF convertido diretamente, para que a informação fosse muito mais facilmente acessível aos Deputados, se houvesse alguma questão da veracidade do próprio documento poderiam assinar digitalmente e depois se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

houvesse outros formalismos para com entidades terceiras que necessitassem de assinatura ou rúbricas manuscritas esses documentos poderiam ser enviados para essas entidades. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto oito – outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** e o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**. -----

No uso da palavra o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** começou por referir que tinha algumas questões para abordar. Em primeiro lugar, voltou a referir a questão das obras de reabilitação do Mercado de Sendim, porque não sabia como estava o ponto de situação e não sabia se a tinha abordado na última ou na penúltima reunião, mas dada a constante e continua degradação a que a obra estava sujeita sem sequer estar totalmente terminada, queria saber como estava o ponto de situação. Havia situações que estavam mal executadas, um exemplo disso era o polidesportivo entre outras que estavam lá e que antes estavam perfeitas e que agora se estavam a degradar e que poderiam verificar *in loco*. Outra questão estava relacionada com a obra que tinha sido feita na calçada, com a qual esteticamente não concordava, mas era a sua opinião, e queria saber se já tinha sido lá colocado o busto, questionou ainda, como estava a situação do espaço móvel das lojas de cidadão nas freguesias. Por último, e trazendo o assunto que referiu na última reunião, relacionado com a tal plataforma da antiga paragem de autocarros que existia naquele local, não dignificava nada a casa histórica que estava ali, dava mau aspeto e até era um não equipamento que era perigoso, pelo que era bom que a tal plataforma pudesse ser retirada. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** tendo mencionado haver dois ou três assuntos referidos na reunião anterior que gostaria de esclarecer, um deles relacionado com a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Sendim que já estava a ser limpa e a ser colocada em funcionamento nas devidas condições, referiu que essas intervenções demoraram um pouco mais, porque estiveram à espera das bombas e dos motores, e também porque teve de haver um planeamento com a empresa que efetuou a manutenção e com a empresa Limpa Canal – Limpezas Ecológicas, Lda. que realizou a limpeza, depois relativamente à questão da antiga paragem de autocarros como já tinha referido, na intervenção anterior, estava à espera de um projeto que um

ATA 08 || 2021.2025 Fls. 226



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor disse que faria para aquele lugar, mas já tinha estado lá com os serviços camarários, com o Encarregado da Câmara Municipal, o senhor Costa, para verem o que poderiam fazer ali, no que respeitava ao busto do Engenheiro Boaventura Gonçalves de Freitas, estava feito e já tinham marcado uma data com a sua filha para a colocação, mas teve de ser adiada, contudo seria colocado brevemente, no início de dois mil e vinte e três. Em relação ao Espaço da Loja de Cidadão da freguesia de Sendim informou que já estava em funcionamento desde o dia doze de dezembro. -----

Para responder às intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** já tinha respondido a algumas das questões. Em relação à questão da obra de requalificação do Mercado e, como já tinha referido inúmeras vezes, a obra ainda não estava entregue, ainda não estava terminada e iriam fazer valer junto da empresa os seus direitos, podia haver alguma situação que estivesse menos bem, mas a degradação era uma coisa que acontecia em todas as obras a partir do momento em que começam a ser executadas, referiu ainda, que os serviços da Câmara Municipal disseram que no início do ano iria haver uma vistoria com a empresa, para que pudessem avaliar algumas dessas situações, com toda a certeza que todas as questões que estivessem menos bem, estavam perfeitamente salvaguardadas e seriam, com toda a certeza, acauteladas por parte do Município e nada ficaria menos bem feito, à semelhança daquilo que sempre tinha acontecido ao longo das últimas décadas no Município de Tabuaço. -----

Relativamente à questão do Espaço do Cidadão Móvel nas freguesias estava a funcionar há algumas semanas. Contudo na última reunião, realizada no dia sete de dezembro com os Presidentes das Juntas de Freguesia, foram abordadas algumas situações que poderiam ser melhoradas, sendo uma delas o facto de o aparelho de multibanco ainda não estar a funcionar, o que poderia inviabilizar alguns dos serviços e poderia causar algum tipo de constrangimento. Também concordaram em reforçar a divulgação do Espaço do Cidadão Móvel através do envio de um *infomail* com a calendarização e o tipo de serviços a que os cidadãos poderiam aceder, na deslocação do mesmo a cada uma das freguesias, continuava a defender que era um serviço importante, não podiam apenas defender a descentralização relativamente a Lisboa, ao Porto ou Viseu e depois aqui defenderem a centralização na sede do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho, a descentralização tinha de acontecer e se pudessem levar os serviços junto das pessoas, com toda a certeza que, estariam a proporcionar-lhes melhores condições e melhor qualidade de vida. -

O Presidente da Câmara Municipal concluiu a sua intervenção referindo esperar que o ano de dois mil e vinte e três fosse pelo menos igual ao que estava a terminar. Voltou a reforçar que, independentemente de nem sempre acertarem, independentemente de nem sempre as decisões serem as melhores, parecia-lhe que havia um princípio que estava subjacente e acreditava convictamente que cada um dos presentes e todos os que não estavam, mas que se dedicavam à causa pública o faziam com a firme convicção de que podiam continuar a melhorar a qualidade de vida dos seus familiares, munícipes e fregueses, parecia-lhe que, muitas das vezes, também uns com os outros, tinham uma exigência que por vezes acabava por não se defenderem muito uns aos outros, tinham de ser um pouco mais pacientes uns com os outros, terminou deixando o convite a todos os presentes na XV edição do Encontro de Cantares das Janeiras que se realizaria no dia oito de janeiro de dois mil e vinte e três na Igreja Matriz de Valença do Douro. -----

Retomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o esforço, o contributo e o trabalho que tinham na Assembleia Municipal sempre em prol das populações que tinham a honra de representar, desejando que dois mil e vinte e três, embora com muitas incertezas que iam pairando, tinham também outras certezas que não eram tão boas, mas com a vontade e a resiliência de que eram característicos fizessem desse novo ano, um ano mais fácil de encarar a bem de todos, das famílias, dos amigos, das comunidades e de toda a população de Tabuaço, terminou agradecendo, uma vez mais, o trabalho de todos e que no próximo ano se vissem novamente com redobrado empenho e esforço para trabalharem em prol das comunidades. -----

Seguidamente a Secretária Gisela Catarina Pereira dos Santos leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. De referir que no momento da votação, o Deputado **Artur Pina Martins** não se encontrava presente. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezoito horas e cinco minutos. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,** -----

┌

└

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO,** -----

┌

└

**A SEGUNDA SECRETÁRIA,** -----

┌

└